*PROCESSO LEGISLATIVO ESTADUAL — MODELO FEDERAL —
INCONSTITUCIONALIDADE*

EMENTA: EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL. VÍCIO DE INICIATIVA — ART. 61, § 1º, II, LETRA “A” DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VENCIMENTOS DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL EM CORRELAÇÃO ÀS CARREIRAS DO ART. 135 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. PROCESSO LEGISLATIVO ESTADUAL QUE DEVE SEGUIR O MODELO FEDERAL. PRECEDENTES.

LIMINAR DEFERIDA.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.690

Requerente: Governador do Estado do Amapá

Requerido: Assembléia Legislativa do Estado do Amapá

Relator: Sr. Ministro NELSON JOBIM

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos em deferir o pedido de medida cautelar, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Brasília, 29 de outubro 1998.

CARLOS VELLOSO — PRESIDENTE

NELSON JOBIM — RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM
— (Relator):

O Governador do Estado do Amapá insurgiu-se contra Emenda à Constituição Estadual nº 009, de 28/08/97, cujo teor é o seguinte:

“Art. 1º. — O parágrafo único do artigo 79 da Constituição do Estado do Amapá passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 79 —
Parágrafo Único — Os vencimentos dos

delegados de polícia civil não serão inferiores aos percebidos pelas carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal, observada, para esse efeito, a correlação entre as respectivas classes e entrâncias e assegurada a revisão, em igual percentual, sempre que forem revistos aqueles’.

Art. 2º. — Fica acrescentado o artigo 55 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Amapá, com a seguinte redação:

‘Art. 55 — Lei Complementar disciplinará o disposto no parágrafo único do artigo 79 desta Constituição, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, assegurado aos delegados de polícia de carreira, isonomia de vencimentos com as carreiras de procuradores ou de defensores públicos do Estado’.

Alega violação aos seguintes dispositivos da Constituição Federal: arts. 2º e 25; § 1º do art. 39 e 61, II, “a”.

Alega, também, vício formal.

A deliberação legislativa suprimiu a iniciativa do Poder Executivo para a matéria.

Para demonstrar a ocorrência de vício formal, argumenta:

(1) Quanto ao art. 1º da Emenda:

(a) inobservância das regras básicas do modelo federal, a que estão submetidos os legisladores estaduais;

(b) quebra da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º, da CF). O art. 61, II, alínea “a”, dispõe ser de “... iniciativa privativa do Presidente da República as leis ordinárias que disponham sobre o aumento da remuneração daqueles que se encontrem vinculados à administração direta e autárquica, no âmbito, obviamente, da administração federal” (fls. 6).

(2) No tocante ao art. 2º:

(c) além de estar eivado de vício formal, é inadequado, posto que o regramento deveria ser por lei ordinária, só podendo ser por lei complementar se a Constituição o disser, expressamente (fls. 9).

Pede, liminarmente, “que se negue vigência à Emenda à Constituição do Estado do Amapá nº 009, em sua integralidade...”

No mérito, pleiteia a “... definitiva ... nega-

tiva de vigência dos termos da Emenda acima indicada...”.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM — (Relator):

O processo legislativo estadual guarda correspondência com o modelo federal.

É a jurisprudência (ADIn 872, PERTENCE; ADIn 1060, VELLOSO).

No modelo federal “são de iniciativa do Presidente da República as leis que ... disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração” (art. 61, § 1º, II, “a”).

Por outro lado, “*os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição*” (CF, art. 25).

Leio parte da ementa na RP 1175 (ALDIR PASSARINHO), pertinente para o caso, embora redigida sob a égide da Constituição anterior:

“Fere o disposto no art. 57, V, da Constituição Federal, Emenda na Constituição do Estado, que nela insira matéria própria de lei ordinária e que seja de exclusiva iniciativa do Governador do Estado, sem que tal regra do processo legislativo seja atendida. Entender-se diferentemente, seria admitir fosse contornado tal óbice, mediante a inserção, através de Emenda constitucional, no texto da lei maior do Estado, de matéria própria da legislação ordinária, mas para a qual fosse prevista aquela iniciativa exclusiva...”.

O pedido é plausível.

Presente o risco pelo tempo.

A Emenda nº 009 foi publicada no Diário Oficial do Estado do dia 9.09.97 e o art. 2º do referido diploma prevê a edição, em sessenta dias, de lei complementar para disciplinar a matéria.

Produção de efeitos nos cofres do Estado é iminente.

Defiro a liminar para suspender, até decisão

final da ação, os efeitos a Emenda Constitucional nº 009/97, do Estado do Amapá.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 1.690-1 — medida liminar.

Proced.: Amapá

Relator: Min. Nelson Jobim

Repte.: Governador do Estado do Amapá

Reqdo.: Assembléia Legislativa do Estado do Amapá

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello, Presidente, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 29.10.98.